ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das Informações Trimestrais da Unipar Carbocloro S.A., distribuídas da seguinte forma:

- 1. Contexto operacional
- 2. Declaração da Administração, base de preparação e apresentação das informações intermediárias
- 3. Gestão de risco financeiro
- 4. Instrumentos financeiros por categoria
- 5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros
- 6. Caixa e equivalente de caixa
- 7. Aplicações financeiras
- 8. Duplicatas de clientes a receber
- 9. Impostos a recuperar
- 10. Estoques
- 11. Depósitos judiciais
- 12. Outros ativos
- 13. Combinação de negócios
- 14. Investimentos
- 15. Imobilizado
- 16. Intangível
- 17. Empréstimos e financiamentos
- 18. Demandas judiciais
- 19. Outros passivos
- 20. Participação nos lucros e resultados
- 21. Imposto de renda e contribuição social
- 22. Obrigações com benefícios aos empregados
- 23. Capital social
- 24. Reservas de lucros
- 25. Receita operacional líquida
- 26. Despesas por natureza
- 27. Outras despesas (receitas) operacionais
- 28. Resultado financeiro
- 29. Lucro por ação básico
- 30. Dividendos
- 31. Compromissos
- 32. Obrigações com arrendamento mercantil
- 33. Transações com partes relacionadas
- 34. Cobertura de seguros
- 35. Eventos subsequentes

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Unipar Carbocloro S.A., (a "Companhia" ou "Unipar") é uma Sociedade Anônima de capital aberto, com sede no Estado de São Paulo e com ações negociadas na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações e, atualmente, tem como atividade preponderante a fabricação de cloro e soda e participação na Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A.

Aquisição de participação adicional na Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. ("Carbocloro") com a obtenção de controle societário - combinação de negócios em estágios

A Companhia celebrou, em 22 de março de 2013, Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, para a aquisição indireta da participação do Grupo Occidental (representado pela Occidental Química do Brasil Ltda.), na Carbocloro, representativa de 50% (cinquenta por cento) do capital social desta última. O valor da aquisição foi de R\$ 554.047, pago em 03 de maio de 2013, com recursos captados junto a instituições financeiras, em contratos de sete anos. As políticas contábeis adotadas pela Companhia acerca da combinação de negócios estão descritas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2013 (Nota 2.20) e maiores detalhes estão destacados na Nota 13 desta demonstração intermediária.

Em 30 de setembro de 2013, a Unipar Carbocloro S.A. incorporou a Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. a valor contábil, resumido na tabela a seguir:

	Empresa incorporada	Ativo circulante	Ativo total	Passivo circulante	Acervo líquido incorporado	
Carbocloro		176.499	1.004.525	106.729	796.743	_

Conforme protocolo de incorporação, aprovado em Reunião de Acionistas de 30 de setembro de 2013, o acervo líquido da controlada foi avaliado por empresa especializada, que emitiu laudo de avaliação do patrimônio líquido a valor contábil da Companhia, na data-base de 31 de agosto de 2013.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia detém participação na coligada Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A., conforme demonstração a seguir:

Informações sobre investidas

				Participação em	
		-	30/09/14	31/12/13	
Razão social	País sede	Negócio	Direta	Direta	
Tecsis Tecnol. e Sistemas Avançados S.A.	Brasil	Pás para geradores de energia eólica	25,17%	25,25%	

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Declaração da Administração, base de preparação e apresentação das informações intermediárias

A emissão dessas informações trimestrais foram autorizadas pela Administração em 6 de novembro de 2014.

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), estando totalmente em convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As informações trimestrais da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares.

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram ajustes ao valor contábil de certos ativos ou passivos em períodos futuros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas trimestralmente.

2.1 Novas Normas, alterações e interpretações de normas:

- a) Com adoção inicial a partir de 01 de janeiro de 2014:
- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.
- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros Revisão IAS 32: essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A Companhia não identificou impactos em suas informações financeiras trimestrais em decorrência destas revisões.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- IFRIC 21 Tributos o IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não identificou impactos em suas informações financeiras trimestrais em decorrência destas revisões.
- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge Revisão do IAS 39 essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. A Companhia não renovou seus derivativos durante o exercício corrente. Contudo, essa revisão será aplicada nas futuras renovações de derivativos.
- b) Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas informações trimestrais e não adotadas antecipadamente pela Companhia:

Novos pronunciamentos

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.
- IFRS 15 Receita de contrato com clientes: estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados as atividades ordinárias da entidade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com aplicação antecipada permitida.

Alterações de pronunciamentos já existentes

• IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada – Modificações no método de alienação: esclarece que a mudança de método de alienação do bem, seja por da venda ou por meio de distribuição aos proprietários, não deve ser considerada como um novo plano de alienação, mas sim uma continuação do plano original. Assim, não há interrupção da aplicação dos requisitos do IFRS 5. A

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

alteração também esclarece que a mudança do método de alienação não muda a data da classificação. Esta alteração deverá ser aplicada prospectivamente para modificações no método de alienação que ocorram em períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida.

- IFRS 7 Instrumentos financeiros (Divulgação) Contratos de serviço: esclarece que um contrato de serviço que inclui taxa de administração pode caracterizar envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza da taxa e disposição contra a orientação para o envolvimento continuado nos parágrafos IFRS 7.B30 e IFRS 7.42C, a fim de avaliar se são necessárias as divulgações. Esta alteração deverá ser aplicada para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida.
- IFRS 7 Instrumentos financeiros (Divulgação) Aplicabilidade das divulgações de offset às demonstrações financeiras condensadas: a alteração suprime a expressão "e períodos intermediários dentro desses períodos anuais" do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidas em demonstrações financeiras condensadas. No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue "uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual". Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida.
- IAS 19 Benefício a empregados Taxa de desconto, emissão mercado regional: a alteração esclarece que títulos corporativos de alta qualidade de mercado devem ser avaliados com base na moeda em que é denominada a obrigação, ao invés do país em que a obrigação se encontra. Quando não existe mercado de títulos corporativos de alta qualidade em dada moeda, taxas de títulos de dívida pública deve ser utilizadas. Esta alteração deverá ser aplicada para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida.
- IAS 34 Demonstração Intermediária Divulgação de informações "em outras partes das demonstrações financeiras intermediárias": estabelece que as divulgações intermediárias necessárias devem ser incluídas ou nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que estejam incluídas dentro das informações intermediárias (por exemplo, no comentário da administração ou do relatório de risco). Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas informações trimestrais que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisados apresentados anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis

As informações trimestrais foram preparadas de acordo com a Deliberação CVM nº 673/11, que estabelece o conteúdo mínimo de uma demonstração financeira intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário.

As demonstrações financeiras intermediárias, nesse caso, informações trimestrais, têm como objetivo prover atualização com base nas últimas demonstrações financeiras anuais completas. Portanto, elas focam em novas atividades, eventos e circunstâncias e não duplicam informações previamente divulgadas, exceto quando a Administração julga relevante a manutenção de uma determinada informação.

As informações trimestrais ora apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 3), exceto quanto à adoção dos requerimentos previstos no parágrafo 28 da Deliberação CVM nº 673/11. Portanto, a partir do trimestre findo em 31 de março de 2014 a Companhia passou a reconhecer a despesa com imposto de renda com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva anual para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2014, conforme divulgado na Nota 21.

Não houve mudanças de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas. Conforme permitido pela Deliberação CVM nº 673/11, a Administração optou por não divulgar novamente em detalhes as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Assim, faz-se necessário a leitura destas informações trimestrais em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento acerca da condição financeira e de liquidez da Companhia e a sua capacidade em gerar lucros e fluxos de caixa.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Fatores de risco, gestão de capital e valor justo

Os fatores de risco de crédito e liquidez aos quais a Companhia está exposta, assim como suas políticas adotadas para gestão de capital e apuração do valor justo estão descritos nas Notas explicativas 4.1, 4.2 e 4.3 das demonstrações financeiras anuais da Companhia de 31 de dezembro de 2013 e não foram identificadas alterações relevantes em 30 de setembro de 2014.

A política da Companhia para a utilização de instrumentos derivativos é voltada apenas para a proteção do risco com a variação cambial. Quando necessário, esta se utiliza dos instrumentos derivativos para proteção de seu passivo financeiro e fluxo de caixa contra os movimentos adversos da taxa de câmbio, sendo que nenhuma operação é realizada para fins especulativos. Toda e qualquer operação de hedge ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

a) Risco de mercado

Risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam os riscos: de taxa de juros e cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos a pagar, depósitos e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

i) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas as taxas de juros variáveis. A Companhia não tem celebrado contratos de instrumentos financeiros derivativos para cobrir esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar a eventual necessidade de contratação desses instrumentos.

O BNDES cobra juros fixos sobre a TJLP sobre os empréstimos e financiamentos com a finalidade de aumento de capacidade de produção, melhoria das instalações e aquisições de máquinas e equipamentos. Uma vez que estas taxas são consideradas favoráveis, à Companhia entende que não há risco de alta volatilidade para esta parcela da dívida.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Variação nas taxas do CDI

A Companhia mantém parte substancial da sua dívida e de suas aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa indexadas à variação do CDI, conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros indexados ao CDI

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Exposição líquido em CDI		
Caixa e equivalentes de caixa indexado ao CDI	56.047	47.095
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	112.142	67.875
Empréstimos de curto e longo prazo indexadas ao CDI	(690.857)	(710.833)
Exposição Líquida ao CDI	(522.668)	(595.863)

A expectativa de mercado, conforme dados apresentados no relatório de mercado Focus (BACEN), com data base em 10 de outubro de 2014, indicavam uma taxa mediana (Top 5) efetiva da Selic estimada em 11,00%, cenário provável para o ano de 2014, e uma taxa de 12% para o ano de 2015, ante a taxa efetiva de 10,81% verificada em 30 de setembro de 2014.

Adicionalmente, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme quadro abaixo:

		Cenário I	Cenário II
	Cenário	deterioração	deterioração
CDI	provável	de 25%	de 50%
Taxa efetiva em 30 de setembro de 2014	10,81%	10,81%	10,81%
Exposição Liquida em CDI	(522.668)	(522.668)	(522.668)
Taxa anual estimada do CDI para 2014	11,00%	13,75%	16,50%
Taxa anual estimada do CDI para 2015	12,00%	15,00%	18,00%
Efeito acumulado no resultado e patrimônio líquido:			
Redução	(11.010)	(41.611)	(71.591)

Variação nas taxas do IPCA

A Companhia mantém aplicações financeiras indexadas à variação do IPCA no montante de R\$ 44.460 em 30 de setembro de 2014 (R\$ 42.574 em 31/12/2013).

Para fins de análise de sensibilidade nas transações indexadas ao IPCA a Companhia estimou, com base nas expectativas de mercado divulgadas em 10 de outubro de 2014, pelo BACEN, por meio do Relatório de Mercado Focus, os cenários prováveis para o IPCA nos anos de 2014 e 2015. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, abaixo da expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IPCA	Cenário provável	Cenário I deterioração de 25%	Cenário II deterioração de 50%
Taxa efetiva em 30 de setembro de 2014 Aplicações Financeira Indexadas ao IPCA	6,75% 44.460	6,75% 44.460	6,75% 44.460
Taxa anual estimada do IPCA para 2014	6,50%	4,88%	3,25%
Taxa anual estimada do IPCA para 2015 Efeito acumulado no resultado e patrimônio líquido:	6,30%	4,73%	3,15%
Redução	(46)	(292)	(543)

ii) Risco Cambial

A Companhia está suscetível a esta variação em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, conforme a seguir detalhado:

	30 de setembro de 2014		31 de dezem	bro de 2013
	Moeda estrangeira · milhares	Reais	Moeda estrangeira - milhares	Reais
Ativo				
Contas a receber em US\$	23 _	57	-	
Passivo Contas a pagar em US\$ Empréstimos em US\$	(10) (2.991) _	(25) (7.332)	(496) (3.704)	(1.163) (8.677)
Exposição líquida		(7.300)		(9.840)

A estratégia para o gerenciamento do risco de variação cambial deve ser defensiva, tratando de proteger os resultados financeiros e o fluxo de caixa contra os movimentos adversos das taxas de câmbio. Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições aos instrumentos derivativos contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial através de planilhas e monitoramento de preços e curvas de mercado.

Variação nas taxas de câmbio

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial (basicamente empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras), a Companhia estimou, com base nas expectativas de mercado divulgadas em 10 de outubro, pelo BACEN, por meio do Relatório de Mercado Focus, os cenários prováveis para o dólar norte-americano nos anos de 2014 e 2015. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Juros e Variação Cambial (US\$)	Cenário provável	Cenário I deterioraçã o de 25%	Cenário II deterioraçã o de 50%
Empréstimos em moedas estrangeiras (MUS\$ 2,991)	(7.332)	(7.332)	(7.332)
Taxa do Dólar em 30 de Setembro de 2014	2,4510	2,4510	2,4510
Cesta de moedas BNDES (moeda 006) em 30/09/2014	4,146770	4,146770	4,146770
Taxa do Dólar estimada para 2014	2,4000	3,0000	3,6000
Taxa do Dólar estimada para 2015	2,4000	3,0000	3,6000
Cesta de moedas BNDES (moeda 006) estimada 2014	4,146770	5,18346	6,22016
Efeito acumulado no resultado e patrimônio líquido			
(2014/2015):			
(Redução) / Aumento	164	(1.860)	(3.924)

3.2 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira relacionado com o capital total.

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e de longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Estes índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013, podem ser assim demonstrados:

_	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Total dos empréstimos (Nota 17)	716.131	740.816
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	56.685	49.943
Menos – aplicações financeiras (Nota 7)	156.602	110.449
(Dívida líquida) ativos financeiros líquidos	(502.844)	(580.424)
Total do patrimônio líquido	781.802	742.033
Total do capital	1.284.646	1.322.457
Índice de alavancagem financeira - %	39,14	43,89

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros por categoria

		Ativos		
		financeiros	Ativos financeiros	
	Empréstimos e	mantidos até o	mantidos para	
	recebíveis	vencimento	negociação	Total
Ativos				
Valor justo				
Aplicações financeiras	-	-	114.583	114.583
Caixa e equivalente de caixa	56.685	-	-	56.685
Custo amortizado				
Aplicações financeiras	-	42.019	-	42.019
30 de setembro de 2014	56.685	42.019	114.583	213.287
Valor justo				
Aplicações financeiras	-	-	70.317	70.317
Caixa e equivalente de caixa	49.943	-	-	49.943
Custo amortizado				
Aplicações financeiras	-	40.132	-	40.132
31 de dezembro de 2013	49.943	40.132	70.317	160.392
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos	716.131	740.816
Fornecedores	23.192	18.214
Outros passivos	20.370	27.722
	759.693	786.752

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro 2013
Conta-corrente, depósitos bancários de curto prazo e títulos e valores mobiliários em entidades de	171.268	120.258
primeira linha de risco de crédito Entidade com risco de crédito maior	42.019	40.134
	213.287	160.392

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Recursos em caixa e conta-correntes bancárias Certificado de Depósitos Bancários (CDBs)	638	2.848
compromissados pelo agente emissor com liquidez diária garantida contratualmente	56.047	47.095
	56.685	49.943

7. Aplicações financeiras

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Mantidos para negociação		
Certificado de Depósitos Bancários - CDBs (1)	28.538	58.061
Cotas de Fundos de Investimentos	81.179	5.093
Debêntures empresas Privadas / Públicas	4.866	7.163
	114.583	70.317
Mantidos até o vencimento		
Debêntures Tecsis (Vide nota 33)	42.019	40.132
	156.602	110.449
Circulante	156.602	72.449
Não Circulante		38.000

Não houve mudança nas características das modalidades das aplicações financeiras apresentadas acima, em relação ao que foi divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 8).

Até 30 de setembro de 2013 a Unipar não era uma Companhia operacional, dessa forma, a movimentação das aplicações financeiras classificadas como mantidas para negociação foram apresentadas como "Atividade de investimento" na demonstração dos fluxos de caixa. Em 30 de setembro de 2013 a subsidiária integral Carbocloro Indústrias Químicas Ltda., uma companhia operacional, foi incorporada pela Unipar e a movimentação das aplicações financeiras classificadas como mantidas para negociação, a partir desta data, foram apresentadas como "Atividade operacional" na demonstração dos fluxos de caixa, uma vez que passaram a ser utilizadas no gerenciamento de fluxo de caixa operacional.

As variações desses ativos financeiros estão registradas como "Receitas Financeiras" no resultado (Nota 28).

(¹) A Companhia possui o montante de R\$ 26.834 oferecido em garantia de empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil (31/12/2013 - R\$ 34.182).

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

8. Duplicatas de clientes a receber

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Clientes nacionais	77.369	89.526
Clientes internacionais	57	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(11.996)	(7.487)
	65.430	82.039
Circulante	63.013	78.732
Não circulante	2.417	3.307

Todas as duplicatas a receber não circulantes vencem em até cinco anos a contar da data do balanço e são indexadas a taxas que variam de 0,8% a 1,8% ao mês.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa de duplicatas a receber de clientes da Companhia é a seguinte:

	2014
Em 1º de janeiro Adição ao PCLD	7.487 4.509
Em 30 de setembro	11.996

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa de duplicatas a receber foi registrada no resultado do exercício como "Outras despesas (receitas) operacionais" conforme demonstrado na Nota 27. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia.

A tabela a seguir resume os saldos de contas a receber por vencimento líquido da provisão para perdas:

	30 de setembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
_	Bruto	Provisão	Bruto	Provisão
Créditos a vencer	67.512	2.116	78.483	-
Vencidos até 90 dias	582	310	3.745	-
Vencidos de 91 até 180 dias	130	130	139	139
Vencidos de 181 até 365 dias	1.952	1.952	-	-
Vencidos acima de 365 dias	7.488	7.488	7.348	7.348
Total de duplicatas a receber	77.664	11.996	89.715	7.487
(-) Receita financeira a apropriar	(238)	-	(189)	
Total de duplicatas a receber de clientes	77.426	11.996	89.526	7.487

As duplicatas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas em reais.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos a recuperar

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Imposto de Renda e Contribuição Social (i)	174	30.037
ICMS a recuperar (ii)	5.022	3.808
Pis a compensar Lei 9.715	3.066	2.979
INSS a compensar (iii)	6.517	-
Adicional de IR Estadual	1.252	-
Outros	666	1.915
	16.697	38.739
Circulante	13.479	36.461
Não circulante	3.218	2.278

⁽i) Créditos provenientes de saldo negativo de períodos anteriores.

10. Estoques

		31 de dezembro
	de 2014	de 2013
Matérias-primas	12.012	9.867
Produtos em processo	3.039	2.711
Produtos acabados	3.175	4.242
Provisão para desvalorização	(738)	(1.575)
Materiais auxiliares e embalagens	3.163	2.713
Materiais de manutenção e outros	16.992	16.502
	37.643	34.460
Circulante	24.886	21.703
Não circulante	12.757	12.757

As movimentações na provisão para desvalorização dos estoques da Companhia são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	(1.575)
Constituição de provisão	(5.263)
Reversão de provisão	6.100
Saldo em 30 de setembro de 2014	(738)

⁽ii) Impostos incidentes sobre aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante.

⁽iii) Crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, objeto de ação de repetição de indébito contra a Previdência Social, decorrente de valores recolhidos a título de contribuições previdenciárias efetuadas no período de Julho de 1989 a Julho de 1994. A compensação do referido crédito está sendo efetuada pela Companhia mensalmente, conforme Despacho Decisório da Secretária da Receita Federal do Brasil, no qual orienta que a compensação somente pode ser efetuada com débitos previdenciários em GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Depósitos judiciais

a) Composição dos depósitos judiciais

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Tributários	42.894	41.233
Trabalhistas	4.739	2.813
Não circulante	47.633	44.046

b) Movimentação dos depósitos judiciais

Saldo em 31 de dezembro de 2013	44.046
Transferência de depósitos sem reserva	(334)
Adição de depósito	1.727
Atualização monetária	2.194
Saldo em 30 de setembro de 2014	47.633

O saldo dos depósitos judiciais é composto, principalmente, pelos processos judiciais tributários a seguir:

- Processo tributário PERDCOMPs não homologadas pela Receita Federal, no valor de R\$ 20.788 (31/12/2013 - R\$ 19.758), sem constituição de provisão por estar classificado como perda remota;
- Processo cível Ex-controlada Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas no valor de R\$ 12.730 (31/12/2013 - R\$ 12.059), referente processo de arbitragem sobre contrato de compra e venda firmado com a LANXESS sem constituição de provisão por estar classificado como perda possível;
- Processo tributário PIS COFINS diferença de alíquota de 1% sobre os impostos recolhidos no período de abril/99 a maio/2001 no valor de R\$ 8.324 (31/12/2013 - R\$ 8.071), sem provisão constituída por estar classificado como perda possível.

12. Outros ativos

	30 de setembro	31 de dezembro
	de 2014	de 2013
Adiantamento a fornecedores	4.331	6.653
Créditos a receber na venda de ativos	7.818	-
Reclamações de seguros	-	554
Outros créditos	846	233
	12.995	7.440
Circulante	7.951	7.440
Não Circulante	5.044	

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Combinação de negócios

A Companhia celebrou, em 3 de maio de 2013, Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, para a aquisição indireta da participação do Grupo Occidental (representado pela Occidental Química do Brasil Ltda.), na Carbocloro Indústrias Químicas Ltda., de 50% (cinquenta por cento) do capital social desta última. O valor da aquisição foi de R\$ 554.047, pago com recursos captados junto a instituições financeiras, em contratos de sete anos. Tendo em vista que a Unipar já detinha participação de 50% na Carbocloro registrada no montante de R\$ 209.822, essa combinação de negócios foi tratada como uma combinação em estágios e, dessa forma, a participação anterior da Unipar na Carbocloro foi mensurada a valor justo e a valorização desse investimento foi registrada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no valor de R\$ 344.226.

O valor justo na data de aquisição da contraprestação transferida totalizou R\$ 1.108.094, que consistiu no seguinte:

Caixa – pagamento aquisição de 50% da Carbocloro	554.047
Valor justo da participação de 50% da Unipar na	
Carbocloro imediatamente antes da combinação de negócio	554.047
Total	1.108.094

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos estimados na data de aquisição da Carbocloro foi como segue:

<u>Descrição</u>	
Imobilizado	876.350
Carteira de clientes	212
Outros Ativos e Passivos líquidos	(2.328)
IRPJ e CSLL ativos diferidos	39.756
IRPJ e CSLL passivos diferidos	(77.280)
Demandas Judiciais com perdas de riscos possíveis	(1.598)
Ativos líquidos adquiridos	835.112
Ágio	272.983

O ágio preliminar divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 foi concluído, utilizando o período previsto no CPC15, e resultou em uma redução líquida de R\$ 117.563.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos

(a) Movimentação do investimento na coligada Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S. A.

	30 de setembro	31 de dezembro
	de 2014	de 2013
Investimento	613	4.377
Ágio sobre aquisição	26.897	26.897
Mais valia de ativos e passivos	58.506	58.506
Amortização mais valia	(10.720)	(7.274)
Saldo final	75.296	82.506

	Tecsis
Saldo em 31 de dezembro de 2013	82.506
Equivalência patrimonial	460
Variação no percentual de participação	802
Aporte de Capital na Investida	1.669
Amortização de valor justo	(5.220)
IRPJ/CSLL s/ amortização de valor justo	1.774
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.695)
Saldo em 30 de setembro de 2014	75.296

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Informações da investida

					Saldo e	m 30 de set	embro de 2014				
Empresas	% Part. ações ordinárias	Lucro/ prejuízo	Ativo	Passivo	Receita líquida	Capital social	Patrimônio líquido total	Ajuste ao Patrimônio líquido	Total base ajustado	Nossa part. patrimônio líquido	Equivalência patrimonial
Tecsis	25,17	1.824	1.014.040	985.432	974.128	240.909	28.608	(26.174)	2.434	613	1.262 (
					Saldo e	m 31 de dez	zembro de 2013				
Empresas	% Part. ações ordinárias	Lucro/ prejuízo	Ativo	Passivo	Receita líquida	Capital social	Patrimônio líquido total	Ajuste ao Patrimônio líquido	Total base ajustado	Nossa part. patrimônio líquido	Equivalência patrimonial
Tecsis	25,25	(126.102)	1.008.728	965.220	842.223	231.048	43.508	(26.174)	17.334	4.377	(31.694)

Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A.

A Companhia possui 25,17% de participação na Tecsis, (25,25% em 31/12/2013) e conta com um membro no seu conselho de Administração, caracterizando-se conforme o CPC 18R2 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto como uma coligada. A Companhia detêm influência significativa, porém não o controle, e desta forma esse investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Localizada em Sorocaba – SP, tem por objetivo social a produção e comercialização de pás customizadas para geradores de energia eólica.

(¹) Resultado da soma da equivalência patrimonial e a variação no percentual de participação constante na movimentação do investimento demonstrada nesta nota no item (a). A variação no percentual de participação refere-se ao ganho na equivalência patrimonial em função de mudanças no percentual de participação apurada no 1° trimestre deste ano.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado

	31 de Dezembro de 2013	Adições	Transferências	Baixas	30 de Setembro de 2014
Custo					
Terrenos	250.644	-	-	(3.094)	247.550
Edificações e Construções	137.724		5.280	-	143.004
Equipamentos e Instalações	1.002.065	-	20.396	-	1.022.461
Veículos	1.975	-	51	(594)	1.432
Móveis e Utensílios	11.413	-	643	-	12.056
Demais bens	10.500	-	613	-	11.113
Total em operação	1.414.321	-	26.983	(3.688)	1.437.616
Imobilizado em Andamento	54.046	30.034	(42.669)	-	41.411
Total	1.468.367	30.034	(15.686)	(3.688)	1.479.027
Depreciação					
Edificações e Construções	(41.339)	(2.705)	-	-	(44.044)
Equipamentos e Instalações	(488.542)	(24.750)	-	-	(513.292)
Veículos	(769)	(201)	-	159	(811)
Móveis e Utensílios	(7.593)	(577)	-	-	(8.170)
Demais bens	(6.335)	(409)	-	-	(6.744)
Total em operação	(544.578)	(28.642)	-	159	(573.061)
Imobilizado em Andamento	-	-	-	-	-
Total	(544.578)	(28.642)		159	(573.061)
	923.789	1.392	(15.686)	(3.529)	905.966

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear durante a vida útil estimada.

O quadro a seguir demonstra a taxa de depreciação anual e a vida útil estimada dos ativos.

	Anos	Taxa de Depreciação Anual
Edifícios e benfeitorias	15 a 29	3,45% a 6,67%
Equipamentos e instalações	16 a 19	6,25%
Veículos	5	20%
Móveis, utensílios e demais bens	5 a 10	10%

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangível

Durante o período findo em 30 de setembro de 2014 a Administração não identificou nenhum indicador de perda de valor dos ativos intangíveis.

	Ágio – Goodwill	Ágio – Combinação de Negócios em Estágios	Tributos Diferidos S/Ágio não/alocado	Carteira de Clientes	Direito de uso de Software/Pesq. e desenvolvimento	Total
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 Reapresentado	117.482	195.809	(39.756)	212	3.711	277.458
Amortização acumulada	-	-	-	(7)	(3.229)	(3.236)
Valor residual	117.482	195.809	(39.756)	205	482	274.222
Ajuste Exercício Anterior	(552)	-	-	-	-	(552)
Transferências	-	-	-	-	15.686	15.686
Amortização				(20)	(430)	(450)
Saldo contábil, líquido	116.930	195.809	(39.756)	185	15.738	288.906
Em 30 de setembro de 2014						
Custo	116.930	195.809	(39.756)	212	19.397	292.592
Amortização acumulada				(27)	(3.659)	(3.686)
Saldo contábil líquido	116.930	195.809	(39.756)	185	15.738	288.906

17. Empréstimos e financiamentos

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Financiamentos em moeda nacional		
Atualizados com base na variação da UR - TJLP (TJLP + 2,00%)	17.942	21.306
Atualizados com base na variação do CDI (106,12% do CDI) (1)	89.228	112.966
Atualizados com base na variação do CDI (CDI+1,99%) (2)	601.629	597.867
Financiamentos em moeda estrangeira		
Cesta de moedas (Cesta + 2,53% a.a.)	7.332	8.677
Total dos empréstimos e financiamentos	716.131	740.816
Circulante	197.241	149.482
Não circulante	518.890	591.334

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A exposição dos empréstimos da Companhia a variações na taxa de juros e as datas de reprecificação contratual nas datas do balanço são como seguem:

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
2014	124.495	149.482
2015	124.363	124.184
2016	106.363	106.184
2017	106.363	106.184
2018	104.947	104.782
2019 em diante	149.600	150.000
	716.131	740.816

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são os seguintes:

	Valor c	ontábil	Valor justo		
	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013	
Financiamentos em moeda nacional	708.799	732.139	708.409	731.533	
Financiamentos em moeda estrangeira	7.332	8.677	7.332	8.677	
	716.131	740.816	715.741	740.210	

- (1) Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa com base na taxa média de cotação dos empréstimos de 115% do CDI em 30 de setembro de 2014, a mesma taxa de 31 de dezembro de 2013.
 - Como garantia dos empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia junto ao Banco do Brasil, foi oferecida uma aplicação financeira, equivalente a 30% do saldo devedor dos contratos, em 30 de setembro 2014 este valor corresponde a aproximadamente R\$ 26.834 (31/12/2013 R\$ 34.182).
- (2) R\$ 582.827 referem-se ao valor atualizado da operação de financiamento, via emissão de notas promissórias, contratada em maio de 2013, e substituída por debêntures em novembro de 2013, para a aquisição de 50% da Carbocloro (conforme divulgado na Nota 1). Como garantia desta operação, foi oferecida a cessão fiduciária da totalidade dos valores referentes às distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio, ou quaisquer outras formas de distribuição de resultados devidas pela Companhia aos acionistas Frank Geyer Abubakir, Maria Soares de Sampaio Geyer, e Vila Velha S.A. Administração e Participações (excetuado o montante devido a Sra. Maria Cecília Soares de Sampaio Geyer na qualidade de usufrutuária de parte das ações da Companhia, detidas por Vila Velha S.A. Administração e Participações). A cessão fiduciária dos dividendos foi oferecida sob condição suspensiva de eficácia e validade, nos termos do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Os valores contábeis dos empréstimos de curto e longo prazo aproximam-se de seu valor justo.

Certos empréstimos apresentam também cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros (*covenants*). Em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a Companhia estava adimplente com o atendimento dessas cláusulas.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Demandas judiciais

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Fiscais Trabalhistas Cíveis Ambientais	17.149 6.145 21.962	16.109 3.938 - 664
Outras perdas possíveis	-	1.598
Total	45.256	22.309
Depósitos judiciais fiscais Depósitos judiciais trabalhistas	(13.028) (897) (13.925) 31.331	(12.694) (1.888) (14.582) 7.727
Circulante Não Circulante	3.196 28.135	3.109 4.618

a) Demandas fiscais

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
 - Refere-se à correção monetária das parcelas do imposto de renda do exercício de 1989 e imposto de renda sobre o lucro líquido e contribuição social de 1990.
- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
 - i) Em função de ter sido revogada a liminar concedida anteriormente para a suspensão da exigibilidade dos valores devidos na forma da Lei nº 9.718/98, garantindo o direito ao recolhimento conforme legislação anterior (Lei Complementar nº 7/70 e Lei Complementar nº 70/91), a Companhia efetuou depósito judicial da diferença provisionada.
 - ii) Ação ajuizada para suspensão e de exigibilidade do PIS e COFINS incidentes sobre o valor do ICMS que integra o faturamento da Companhia.
- Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU)
 - i) Refere-se à ação anulatória de débito fiscal IPTU município de Cubatão/SP, em razão do excessivo valor venal adotado como base de cálculo pelo município.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

As ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando o direito sobre verbas não pagas. Nas ações judiciais previdenciárias, a Companhia questiona a incidência de encargos sociais sobre determinadas verbas remuneratórias.

c) Demandas judiciais cíveis

Discussão sobre empréstimo tomado junto à FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) em 1986. Em setembro foi proferida uma sentença parcialmente procedente aos nossos embargos de execução fixando nossa responsabilidade em 51%, a decisão não acolheu os demais argumentos. Em julho de 2014 o referido processo tinha avaliação de risco de perda possível no montante de R\$ 39.552 e em setembro o risco foi reavaliado para provável e o montante revisto para R\$ 21.843.

d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui, em 30 de setembro de 2014, perdas classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

Disputas judiciais fiscais e cíveis no montante de R\$ 52.239 (31/12/2013 - R\$ 43.236), compostas substancialmente por compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal, processo de alargamento de base de cálculo - COFINS, processos judiciais ex-controladas Goyana, processo de arbitragem sobre contrato de compra e venda firmado com a LANXESS; ações de natureza trabalhistas e previdenciárias no montante de R\$ 10.448 (31/12/2013 – R\$ 1.227)

Movimentação das provisões para demandas judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Outros	Saldo	Depósito Judicial	Saldos das Demandas Judicias
Saldo em 31 de dezembro de 2013	16.109	3.938	-	664	1.598	22.309	(14.582)	7.727
Adição de provisão Reversão/ baixa Atualização monetária Pagamentos Transf. p/ depósito s/	1.380 (445) 105	3.199 (992) -	21.962 - - -	(664)	(1.598) - -	26.541 (3.699) 105	991 -	26.541 (2.708) 105
provisão para demandas	-	-	-	-	-	-	(334)	(334)
Saldo em 30 de setembro de 2014	17.149	6.145	21.962			45.256	(13.925)	31.331
Circulante Não circulante	3.196 13.953	6.145	21.962	<u> </u>		3.196 42.060	(13.925)	3.196 28.135

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Outros passivos

	30 de setembro	31 de dezembro
	de 2014	de 2013
Serviços técnicos profissionais	280	8.137
Fretes sobre vendas	3.447	4.093
Desembaraço alfandegário	4.769	2.717
Obrigações de natureza fiscais	1.856	1.774
Obrigações de natureza trabalhistas e previdenciarias	1.926	3.468
Outras obrigações e compromissos	1.101	1.642
	13.379	21.831
Circulante	13.379	21.831

20. Participação nos lucros e resultados

A participação dos empregados nos resultados apurados no exercício é determinada respeitando-se os acordos celebrados entre a Companhia e seus empregados, com a participação dos sindicatos classistas, observando-se as disposições legais, conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia.

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota efetiva

	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013
Lucro antes dos impostos	54.177	340.537
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto (34%)	(18.420)	(115.783)
Resultados de subsidiárias por equivalência patrimonial	430	15.567
Prejuízos fiscais para os quais nenhum imposto de renda diferido foi reconhecido	-	(11.057)
Juros sobre capital próprio pagos	-	(4.245)
Combinações de negócios em estágios	-	117.037
Ajuste na alíquota efetiva média anual	(3.793)	-
IR/CS constituídos s/ prejuízos fiscais de anos anteriores	16.274	-
Outros	(1.583)	671
Encargo fiscal (valor no resultado)	(7.092)	2.190

Conforme requerido no parágrafo 28 da Deliberação CVM nº 673/11, a partir deste ano a Companhia passou a divulgar a despesa com tributos sobre o lucro com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva anual para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2014. Como consequência, a despesa com imposto de renda no semestre foi ajustada por um débito no montante de R\$ 3.793, conforme demonstrado na Nota 21.a. Para o mesmo período do exercício de 2013 tal ajuste não foi efetuado, pois a Administração da Companhia avaliou e considerou a taxa fiscal como a mais adequada para representação da alíquota efetiva daquele exercício.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014 esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973 com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária, de forma incondicional, para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1° de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia analisou os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e optou pela não antecipação de seus efeitos em 2014, deverá confirmar esta opção na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês de dezembro de 2014 a ser entregue em fevereiro de 2015, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.499/14 de 15/10/2014.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa da contribuição social e sobre as diferenças temporárias apuradas entre o lucro contábil e o lucro tributável do período. As alíquotas desses impostos para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, no entanto, sofrer alterações.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013 - Reapresentado
Ativo de imposto diferido		
Diferenças Temporárias:		
Demandas judiciais	13.231	4.566
Obrigação com benefícios a empregados	7.531	8.487
Provisões sobre frete, PCLD e outras	2.608	4.900
Prejuízo fiscal e base negativa	30.274	14.457
Custos de empréstimos a amortizar	1.280	-
Amortização do ágio	35.781	39.756
Outros	1.107	976
Total do imposto diferido ativo	91.812	73.142
Passivo de imposto diferido		
Diferenças Temporárias:		
Atualizações Monetárias	(3.436)	(718)
Regime Transitório de Transição – RTT:		
Efeito no cálculo de depreciação PN nº 1/2011	(51.556)	(37.627)
Tributos diferidos sobre mais valia	(75.079)	(76.728)
IOF e comissão sobre financiamentos	(74)	(331)
Total do imposto diferido passivo	(130.145)	(115.404)
Passivo de imposto diferido (líquido)	(38.333)	(42.262)

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração e pelo Conselho Fiscal, indicando o reconhecimento adicional de ativo fiscal diferido considerando os resultados projetados até o exercício de 2024. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os valores reais podem divergir das estimativas adotadas, conforme divulgado na nota explicativa nº 2.2.

A recuperação dos tributos diferidos da Companhia foi projetada de acordo com a realização de determinados eventos e está dividida conforme abaixo:

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	83.376	73.142
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	8.436	-
	91.812	73.142
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado após 12 meses	(127.872)	(115.404)
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	(2.273)	-
	(130.145)	(115.404)

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo detalhamento da realização dos créditos tributários:

Até 31 de dezembro de:	
2015	8.436
2016	9.457
2017	9.278
2018	8.576
2019	8.101
2020 em diante	47.964
	91.812

Atendendo as determinações contidas na Instrução CVM 371/02, a Companhia ainda possui uma parcela de ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, não reconhecida na contabilidade da companhia no montante aproximado de R\$ 93.500.

A Companhia realizará anualmente estudo técnico de viabilidade relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e à medida que for provável que no futuro haverá lucros tributáveis suficientes para a realização do ativo fiscal diferido, a companhia o registrará contabilmente.

22. Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia oferece a seus funcionários planos suplementares de aposentadoria e outros benefícios. Nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2013 (Nota 22), foram divulgadas as características destes.

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Provisão para assistência médica	400	584
Provisão para aposentadoria compulsória	18.455	21.351
Provisão para gratificação por tempo de serviço	3.131	-
Não circulante	21.986	21.935

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Capital social

a) Capital autorizado

O capital social da Companhia é de R\$ 384.331, dividido em 835.502.072 ações, com valor nominal de R\$ 0,46 por ação.

A Companhia poderá aumentar o capital social até o valor de R\$ 840.000.

b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está composto de ações nominativas escriturais, de valor unitário de R\$ 0,46, com a seguinte distribuição:

	Quantidade de ações em milhares		
	30 de setembro de	31 de dezembro de	
	2014	2013	
Ações ordinárias	278.501	278.501	
Ações preferenciais Classe A	25.907	25.907	
Ações preferenciais Classe B	531.094	531.094	
	835.502	835.502	

c) Direitos das ações

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais.

As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre o valor nominal de cada ação, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros

d) Ações em tesouraria

A Companhia possui 29.215.485 ações em tesouraria com valor contábil correspondente a R\$ 14.879 e valor de mercado em 30 de setembro de 2014 de R\$ 14.053 (31/12/2013 - R\$ 15.553).

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Reservas de lucros

	Reserva legal	Reserva Especial para Dividendos	Reserva de retenção de lucros	Reserva de Lucros à Realizar	Total
Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013	19.852	19.852	65.501	267.203	372.408

a) Reserva legal

Essa reserva é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir os limites fixados pela legislação societária.

b) Reserva especial para dividendos - estatutária

A essa reserva é destinada, anualmente, 5% do lucro líquido do exercício, além da reversão do valor do dividendo obrigatório pago antecipadamente. O saldo não poderá exceder 20% do capital social.

Essa reserva tem por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar o pagamento antecipado do dividendo obrigatório durante cada exercício social até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as respectivas demonstrações financeiras.

c) Reserva de retenção de lucros

Essa reserva é constituída mediante a retenção do lucro líquido após constituição de outras reservas e pagamento de dividendos, com a finalidade de fazer jus ao orçamento de capital aprovado pela Administração.

d) Reserva de Lucros a Realizar

Reserva constituída de lucros não realizados no exercício de 2013, decorrentes da contabilização de ganhos líquidos em operações de aquisição de ativos avaliados a valor de mercado, conforme previsto no Art. 197 da Lei das S.A.s (nº 6.404/76), com a finalidade de conversão em dividendos na medida que forem realizados ou utilizados na compensação de prejuízos subsequentes.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receita operacional líquida

	30 de setembro
	de 2014
Receita bruta de vendas	_
Mercado interno	762.524
Mercado externo	6.544
	769.068
Deduções da receita bruta	
ICMS	(114.396)
COFINS	(55.025)
PIS	(11.946)
Impostos incidentes sobre vendas e abatimentos	(1.208)
Receita líquida de vendas	586.493

Esta nota somente apresenta saldos em 30 de setembro de 2014 em decorrência da incorporação integral da subsidiaria Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. pela Unipar ocorrida em 30 de setembro de 2013.

26. Despesas por natureza

	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013
Variações nos estoques de matérias-		
primas, materiais de consumo, produtos em elaboração e produtos acabados	(119.026)	-
Energia Elétrica	(95.655)	(25)
Despesa com salários e benefícios a empregados	(99.091)	(10.307)
Encargos de depreciação e amortização	(34.312)	(5.490)
Serviços de terceiros	(41.098)	(8.081)
Despesas com fretes de vendas	(62.991)	-
Outras	(24.409)	(3.657)
	(476.582)	(27.560)
Custo das vendas	(325.170)	<u>-</u>
Despesas com vendas	(64.251)	<u>-</u>
Despesas gerais e administrativas	(87.161)	(27.560)

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Outras despesas (receitas) operacionais

	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013
Outras receitas operacionais		
Resultado líquido na baixa de ativos	11.810	(12)
Impostos recuperados	7.514	-
Outras receitas operacionais	465	36
	19.789	24
Outras despesas operacionais		
Provisão para perdas com créditos incobráveis	(4.509)	-
Despesas com contingências cíveis	(21.962)	-
Despesas com contingências tributárias	(2.322)	-
Outras despesas operacionais	(1.103)	(1.156)
	(29.896)	(1.156)
Total de outras despesas (receitas) operacionais	(10.107)	(1.132)

28. Resultado financeiro

Nosaltado Illianocho		
	30 de setembro	30 de setembro
_	de 2014	de 2013
Despesa financeira		
Juros de empréstimos e financiamentos	(63.233)	(37.074)
Demais encargos sobre empréstimos	(3.676)	-
Variações cambiais passivas sobre empréstimo	(3)	-
Variações cambiais passivas sobre exigíveis no exterior	29	1
Outras despesas financeiras	(578)	(933)
	(67.461)	(38.006)
Receita financeira		
Receitas de equivalentes de caixa e TVM	16.263	14.286
Variações cambiais ativas sobre contratos de câmbio - exportação	(323)	-
Outras receitas	4.632	2.938
-	20.572	17.224
Resultado financeiro líquido	(46.889)	(20.782)

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Lucro por ação – básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, preferenciais Classe A e Classe B emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria:

		30 de s	setembro de 2014
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade de ações	Lucro por ação
Ações Ordinárias	15.209	277.524	0,05480
Ações Preferenciais Classe A	1.562	25.906	0,06028
Ações Preferenciais Classe B	30.313	502.857	0,06028
Total	47.084	806.287	
		30 de s	setembro de 2013
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade de ações	Lucro por ação
Ações Ordinárias	110.970	277.524	0,39986
Ações Preferenciais Classe A	11.354	25.906	0,43830
Ações Preferenciais Classe B	220.403	502.857	0,43830
Total	342.727	806.287	

30. Dividendos

Aos titulares de ações de qualquer espécie é assegurado, estatutariamente, em cada exercício, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária (artigo 202 da Lei nº 6.404/76).

31. Compromissos

A Companhia possui contratos para aquisição de energia elétrica, de longo prazo com inicio em setembro de 2014 e término em dezembro de 2019 e o montante total contratado é de aproximadamente R\$ 485.058.

Historicamente, a Companhia consumiu de forma integral as quantidades de energia elétrica dos contratos de longo prazo anteriores a estes.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Obrigações com arrendamento mercantil

A Companhia acredita que os pagamentos de aluguéis mínimos, de arrendamento mercantil operacional, não canceláveis, referem-se ao período contratual do curso normal da operação.

O contrato possui cláusula de multa em caso de quebra contratual, equivalente a três meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esse contrato em 30 de setembro de 2014, o montante da multa seria de R\$ 300 (31/12/2013 – R\$ 300).

Esta obrigação de arrendamento operacional é apresentada no quadro abaixo, como requerido pelo CPC 6.

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
2014	300	1.200
2015	1.200	1.200
2016	1.200	1.200
2017	1.200	1.200
2018	800	800
	4.700	5.600

33. Transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. Todas as decisões acerca de todas as operações da Companhia são submetidas à nossa Administração, conforme competências definidas pelo nosso Estatuto Social. Assim, as nossas operações, especialmente, aquelas que se deram com partes relacionadas, foram submetidas aos órgãos decisórios da nossa Companhia, conforme as regras vigentes.

As operações e negócios com partes relacionadas, quando realizadas, seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições, e de estrito interesse de cada empresa em sua realização, não gerando qualquer benefício ou prejuízo à Companhia, em detrimento das demais partes relacionadas ou partes independentes.

A Companhia é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações, que detém 57,30% das ações ordinárias da Sociedade. Os 42,70% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia adquiriu debêntures da sua coligada Tecsis em 31 de janeiro de 2013 no montante principal de R\$ 14.000 e em 28 de fevereiro de 2013 no montante principal de R\$ 24.000. Em 30 de setembro de 2014, o saldo total a receber perfaz o montante de R\$ 42.019, incluindo principal e juros do período, inclusive da parcela de juros com vencimento em 31 de julho de 2014.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tendo em vista a necessidade de investimentos e preservação do caixa da Tecsis, no dia 31 de julho de 2014 foi aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas a suspensão até o dia 31 de janeiro de 2015 da cobrança e exercício de demais direitos dos Debenturistas em relação ao pagamento, pela Tecsis, da parcela semestral dos juros remuneratórios e da atualização monetária das debêntures devida em 31 de julho de 2014.

A amortização será pelo montante principal total de R\$ 38.000 em 31 de janeiro de 2015, com atualização monetária pelo IPCA + juros remuneratórios pagos semestralmente, de acordo com a escala a seguir:

- (i) IPCA + 6,5% a.a. de 31 de janeiro de 2013 até 31 de julho de 2013;
- (ii) IPCA + 8,5% a.a. de 1º de agosto de 2013 até 31 de janeiro de 2014;
- (iii) IPCA + 10,0% a.a. de 1º de fevereiro de 2014 até a 31 de janeiro de 2015.

A Receita financeira obtida sobre as debentures emitidas pela coligada Tecsis foi de R\$ 4.757 em 30 de setembro de 2014 (30/09/2013 - R\$ 2.876).

a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros está abaixo demonstrada:

	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	7.805	3.038

Não houve pagamentos de benefícios pós-emprego, de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

34. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Informações Trimestrais, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Eventos subsequentes

Em 6 de novembro de 2014 o Conselho de Administração da Companhia aprovou as propostas da diretoria de convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre: (i) o grupamento de ações, de forma a atender o novo Regulamento de Listagem da BMF Bovespa, à razão de 10 ações para 1 ação; (ii) a supressão do valor nominal da totalidade das ações ordinárias e das ações preferenciais classes "A" e "B"; e (iii) a adequação das preferências das ações preferenciais classe "A" em razão da supressão do valor nominal. Assim, caso as matérias acima sejam aprovadas pela Assembleia Geral, haverá também a consequente adequação do Estatuto Social. A Companhia publicou nesta data fato relevante com detalhes desta operação.